



O Jornal Avançar! é uma publicação mensal do Sindicato das Empresas de Transporte, Locação e Fretamento de Micro-Ônibus do Estado de S.P. - S.E.T.L.O.F. E. M. E. S. P.

LEGALIZAÇÃO

Lute pela nossa Independência!

Manifesto à população



*Pista livre
para a
categoria*

O Sindicato das Empresas de Transporte, Locação e Fretamento de Micro-ônibus do Estado de São Paulo (SETLOFEMESP) informa à população paulista MANIFESTAÇÃO que irá realizar na cidade de São Paulo em 07 de setembro de 2012.

Criado em 10 de junho de 2010, o SETLOFEMESP tem cerca de 350 empresas associadas, com mais de 4 (quatro) mil veículos, e que estão geograficamente presentes em todo nosso estado, de tal forma que representamos um importante segmento da economia paulista.

O motivo da manifestação está na insatisfação da categoria que, até o momento não conseguiu ter seus pleitos atendidos junto às autoridades. Nesse sentido, protocolou nova correspondência endereçada ao Palácio dos Bandeirantes (nº 100904/2012) em 30/08/2012, ONDE PEDE INTERVENÇÃO DIRETA do Sr. Gov. GERALDO ALCKMIN.

Em nossa pauta, está a regularização e legalização da categoria, com o reconhecimento dos nossos veículos como apropriados para o transporte coletivo de passageiros sob o regime de fretamento, com a devida harmonização e regularização do serviço, além de outras questões, como, por exemplo:

- A regulamentação e consequente aprovação de comprovantes de aquisição de veículos por meio de operações financeiras tradicionais, como alienação fiduciária,

leasing ou arrendamento mercantil;

- Mínimo 02 (dois) veículos do tipo ônibus, micro-ônibus (de 9 a 20 lugares) e vans, com até 15 anos de fabricação;

- Contratação obrigatória de seguro por parte das empresas de seguro de responsabilidade civil para o ressarcimento de indenização no limite mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por passageiro;

- Realização de vistorias obrigatórias dos veículos com a seguinte periodicidade:
a) a cada 18 (dezoito) meses, para veículos com até 05 (cinco) anos de fabricação;
b) a cada 12 (doze) meses, para veículos idade acima de 05 (cinco) anos e até 10 (dez) anos de fabricação;

c) a cada 6 (seis) meses, para veículos com idade acima de 10 anos de fabricação.

Temos como principais bandeiras a segurança dos passageiros e a excelência na prestação dos serviços. Junte-se a nós, essa luta também é sua!

Pedimos a compreensão de toda a população paulista, bem como o auxílio das autoridades estaduais para que possamos, juntos, prestar um bom serviço à população, baseado na mais absoluta obediência civil.

SETLOFEMESP

EDITORIAL

É CHEGADA A HORA

É com prazer que a nossa entidade, o Sindicato das Empresas de Transporte, Locação e Fretamento de Micro-ônibus do Estado de São Paulo (Setlofemesp), lança essa edição extra do nosso jornal oficial.

Tendo como plataforma a defesa da legalização e regulamentação da categoria em todo o estado, estamos preparando uma grande manifestação no feriado da Independência do Brasil, quando também queremos comemorar a nossa Independência!

Os diversos movimentos que vimos acontecer ao longo dos últimos tempos, como nossas constantes visitas tanto às autoridades municipais e estaduais, bem como nossas viagens a todo o interior paulista mostram, claramente, que a categoria está oprimida, cerceada no direito constitucional de trabalhar. Dessa forma, nossa manifestação visa sensibilizar definitivamente as autoridades es-

taduais de forma que passem a nos encarar como uma categoria formada por empresas, profissionais, trabalhadores e pais de família. Queremos ser legalizados, regularizados, fiscalizados e, acima de tudo, prestar um serviço com alta qualidade para nossos passageiros. Tanto é verdade, que uma de nossas pautas reivindicatórias é justamente a obrigatoriedade de seguro individual para os passageiros, como também a fiscalização em toda nossa frota de veículos. Atualmente o Setlofemesp tem cerca de 350 empresas associadas, composta por aproximadamente 4 mil veículos. Sem dúvida é um grande contingente, porém, para que nossa luta ganhe ainda mais relevância, precisamos de mais.

Juntem-se a nós. O Setlofemesp está aqui para ajudá-lo. A luta é árdua, mas unidos e fortalecidos podemos fazer a diferença!



Edinho Rocha
SETLOFEMESP

ALGUNS APOIOS POLÍTICOS

• **Prefeita Municipal Marilza Roberto da Costa** (Pref. Mun. Santo Antônio do Pinhal).

• **Deputado Estadual Zico Prado**

• **Sr. Luiz Carlos Santos** Pres. Estadual do PRB



• **Prefeita Municipal Dra. Ana Cristina Machado César** (Pref. Mun. Campos do Jordão).



• **Prefeito Municipal João Cury Neto** (Pref. Mun. Botucatu)



• **Prefeito Municipal Rogélio Barcheti Urrea** (Pref. Mun. Avaré)



• **Prefeito Municipal Ruy Ferreira** (Pref. Mun. Anhembi)



• **Prefeito Municipal Osvaldo Franceschi Junior** (Pref. Mun. de Jahu)



• **Deputado Estadual Mauro Bragato**



• **Deputado Estadual Fernando Capez**



• **Deputado Estadual Sebastião Santos**



• **Deputado Federal Milton Monti**



• **Ver. Roberval Sakai** Pres. da Câmara de Vereadores de Bauri

E X P E D I E N T E

Entidades unidas e fortalecidas na luta pelo direito de ir e vir



Dr. Elton dos Anjos

Um fenômeno social de abrangência em todo o mundo está acontecendo com muito mais contundência no Século XXI, quando as cidades iniciaram um processo de crescimento acelerado, que resultou num inchaço populacional acarretando uma gama de problemas de contornos sociais que vão desde a insuficiência de infraestrutura à construção da cidadania como um todo. No Brasil não é diferente. As grandes concentrações urbanas carecem de acesso às oportunidades de trabalho, educação, saúde, lazer, transporte público e outras dimensões da vida cotidiana. Em 1998, fundamos a ABAS - Associação de Usuários de Transportes Coletivos de Passageiros Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários, Metroviários e Aéreos da Baixada Santista -, onde realizamos diversas lutas em prol dos usuários de todos os modais.

Vitórias foram conquistadas e surgiu a necessidade de ampliar essa luta, onde alteramos nossos objetivos para uma entidade de abrangência estadual e que está sendo reformulada com uma nova denominação de ABAS para AUTESP - Associação dos Usuários de Transportes Coletivos de Passageiros Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários, Metroviários e Aéreos do Estado de São Paulo sem que interfira em nossas lutas e objetivos dentro do Estado de São Paulo.

Mas tudo isso foi crescendo e hoje presido também a Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos de Passageiros Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários, Metroviários e Aéreos do Brasil (CNU), que surgiu para lutar pelo movimento da Reforma Urbana Nacional dos Transportes Públicos caracterizado como luta em defesa do direito à fluidez urbana e à cidadania, que necessitam de transporte

público digno em todos os modais; qualidade em favor de uma gestão democrática e participativa dos usuários; ainda que em compasso de lentidão das autoridades e total abandono nesse setor que, inclusive, carece de melhor acessibilidade.

Na gestão urbana encontramos uma infinidade de temas importantes; mas, entre eles, destacaremos a mobilidade, que convém inicialmente como fator social inerente à todas as atividades humanas. Depois, porque é um componente determinante para o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida e, por fim, como fenômeno fundamental na inclusão social e no equilíbrio da apropriação das cidades e de todos os serviços urbanos.

Hoje, vale destacar que os modelos de mobilidade existentes apresentam em suas nuances faces negativas. E os exemplos são incontestáveis: poluição sonora, atmosférica e os impactos na ocupação do solo urbano.

As cidades brasileiras vivem num cenário desalentador de mobilidade urbana, exigindo uma postura mais rígida do Poder Público, conquanto a sociedade aceite a mobilidade como política setorial mais carente de investimentos e soluções plausíveis.

O Ministério das Cidades conchama a essa reversão do modelo atual, de sorte a integrar a mobilidade a outros instrumentos de gestão urbanística, desde que observados os princípios da sustentabilidade ambiental na busca da inclusão social.

A partir desse diagnóstico, propõe-se que o novo conceito (de mobilidade urbana) seja, em si, uma novidade, um avanço na maneira tradicional de tratar isoladamente o trânsito, o planejamento, a regulação do transporte coletivo, a logística de distribuição das mercadorias,

a construção da infraestrutura viária, das calçadas e assim por diante. E conclui-se acrescentando que “em seu lugar, deve adotar-se uma visão sistêmica sobre toda a movimentação de bens e pessoas, envolvendo todos os modos e elementos que produzem as necessidades destes deslocamentos”.

Após a criação do Ministério das Cidades e com base no legado oriundo das extintas empresas federais empenhadas na gestão do transporte coletivo, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes Urbanos - GEIPOT e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, consolidaram-se em um panorama com quatro entendimentos básicos:

I. O transporte deve ser inserido num contexto mais abrangente, o da mobilidade urbana, que relaciona qualidade de vida, inclusão social e acesso às oportunidades das cidades;

II. A política de mobilidade deve estar atrelada à política urbana, submetida às diretrizes do planejamento urbano expressas nos Planos Diretores Participativos;

III. O planejamento da mobilidade, tratado de forma ampliada e, em particular, considerando a sustentabilidade das cidades, deve dedicar atenção especial para os modos não motorizados e motorizados coletivos e observar as condições de acessibilidade universal;

IV. O planejamento da mobilidade deve ser realizado com a máxima participação da sociedade na elaboração dos planos e projetos, para garantir legitimação e sustentação política na sua

implementação e continuidade. Diante de todos esses fatores, vejo a importân-

cia do transporte de Vans e Micro-ônibus, onde os usuários são atendidos de forma digna e respeitosa, por pessoas que se preocupam efetivamente com a qualidade do serviço prestado diuturnamente.

Estamos às vésperas de sediar uma Olimpíada e Copa do Mundo, onde não vejo nenhuma solução para os transportes públicos existentes e que, certamente, iremos padecer com essa inércia de nossos governantes.

Na qualidade de presidente de uma Confederação Nacional, exigirei trânsito livre em todos os níveis de governos para que possamos discutir alternativas e apontar soluções e condições de regulamentar profissionais que desejam ser incluídos no setor de transporte público, para que possam exercer suas atividades de maneira tranquila e sob fiscalização séria e responsável, que delimite regras e que sejam efetivamente implementadas para que os profissionais de Vans e Micro-ônibus atuem e deixem de ser tratados como simples peças de um grande tabuleiro chamado ARTESP, entidade que faz questão de trazer problemas ao invés buscar melhores alternativas para um setor importante para nossos usuários deste modal.

Por esse motivo, entramos nessa luta com o presidente Edinho do SETLOFEMESP, Sindicato que briga pelo reconhecimento de seus associados e também na busca de soluções aos entres ditados pela ARTESP.

Unidas, fortalecidas e incansavelmente dedicadas à luta, ambas as entidades estão mobilizadas e preparadas para encontrar caminhos que favoreçam a população utilitária de transportes urbanos de todo o território nacional, além de resgatar o respeito e dignidade que nossos usuários precisam e merecem.

PACCILLO Advogados Associados



Av. Afonso Pena, 162 - Boqueirão - Santos /SP - Tel.: 13 3226.1500
www.paccillo.adv.br / contato@paccillo.adv.br



DESPACHOS

Cadastrado pelo DTP e Min. do Turismo

www.vipdespachos.com.br

Av. Indianópolis, 2875 - CEP 04063-005

Fone/Fax: (11) 3473-6661



ENTREVISTA



Edinho Rocha

Presidente SETLOFEMESP

Avançar- Edinho, o Setlofemesp foi criado em 2010. Conte um pouco para nós como está sendo a luta nesses 2 anos.

Edinho – Olha, a luta não é pouca. Quando iniciamos o Setlofemesp não havia nada, partimos do zero, no chamado trabalho de formiguinha. Hoje, temos quase 400 associados, com 4 mil veículos. Não dá para negar que tivemos sucesso nessa luta. Porém, ainda é um número baixo e, para que nossa luta ganhe envergadura e musculatura, precisamos ter cada vez mais associados.

E apoios políticos, existem de fato?

Sem dúvida que sim. Diversos prefeitos tem nos recebido em nossas viagens pelo interior e se sensibilizam pela causa. Alguns, inclusive, enviaram ofícios ao Governador Geraldo Alckmin para que ele nos dê atenção e que, efetivamente, tenha condições de resolver nosso problema. Não queremos ser tratados como ilegais, não pretendemos ter nossos passageiros largados nas beiras das estradas quando somos impedidos de exercer nosso direito constitucional de trabalhar, em grande parte por uma visão deturpada do problema por parte da ARTESP. Queremos resolver logo essa questão e, a categoria vem pressionando que isso aconteça no curto prazo. A manifestação da Independência pode ser a nossa mudança do

paradigma.

Mas como é esse tratamento na prática por parte das autoridades?

Para começar há um erro crasso nesse tratamento. Não somos meros motoristas de vans: somos empresários, com CNPJ, pagadores de impostos, e empresas que geram renda para seus colaboradores. Há um estigma que precisa ser rompido que é o da ilegalidade. Não queremos isso. Nossa luta está baseada em quatro pilares básicos: a legalidade, a regulamentação, a fiscalização dos veículos – que julgamos fundamental para a boa prestação dos serviços – e, acima de tudo, a segurança, com a obrigatoriedade do seguro individual para os nossos passageiros. Além disso, também pedimos um pouco mais de compreensão junto a ARTESP e a EMTU. Não tem cabimento deixar nossos passageiros expostos nas estradas.

Presidente, afinal, como o sr. classifica a prestação do serviço prestado pelos associados?

Não podemos de considerar que o grande fluxo de passageiros é sempre voltado para a capital. São Paulo deve responder por algo em torno dos 90% dos grandes eventos de negócios e entretenimento que ocorrem no estado. Muitas vezes, o nosso serviço é o que favorece o fluxo de pessoas,

pois utilizamos veículos menores, mais ágeis e que ainda por cima, favorecem a fluidez do trânsito e ainda, vale acrescentar que nossas empresas são justamente o transporte executivo e de turismo. Praticamente não há contra-indicações ao nosso transporte. Não dá para acharmos que somente – e apenas como exemplo – que o fluxo intra e intermunicipios existente nas 9 cidades que compõem a Baixada Santista é suficiente para a manutenção e expansão econômica do setor. A própria demanda rumo a capital praticamente nos obriga a realizar esse transporte com mais intensidade. Apenas não queremos mais fazê-lo sem amparo legal.

Faça então um apanhado dos pleitos do Setlofemesp.

Reconhecimento dos veículos que utilizamos como apropriados ao transporte de fretamento de passageiros; classificação de 2 veículos para o registro na Artesp, de forma que sempre um deles possa repor o outro em caso de pane; veículos com até 15 anos de fabricação; seguro obrigatório para passageiros dentro do estado; eliminação da obrigatoriedade da quitação dos veículos para o registro na Artesp e, finalmente, fiscalização dos veículos por órgão competente do governo estadual.

E os próximos passos?

Continuar a luta. Sempre.